



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE

Tramitado em Sessão

### MOÇÃO Nº 146/2019

Assunto: Moção de Repúdio à atitude do Ministério Público de Defesa ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da cidade de Jacareí por extrapolar as suas funções institucionais e prerrogativas.

**REQUEREMOS** ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, cumpridas as formalidades regimentais, seja constado na Ata dos trabalhos desta Sessão o registro de Moção de Repúdio à atitude do Ministério Público de Defesa ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da cidade de Jacareí por extrapolar as suas funções institucionais e prerrogativas.

A integralidade dos Vereadores da Câmara Municipal de Jacareí, como órgão representativo poder legislativo, tão como do povo jacareense, vem a público **REPUDIAR** a ação da 7ª PJ-Jacareí, que possui como titular a Dra. Elaine Taborda de Ávila, que se presta a Defesa do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo em nossa cidade, que, a pretexto da fiscalização atinente a esta pasta, como lhe faculta a legislação pátria, extrapola as suas funções institucionais e as prerrogativas do cargo público investido. A situação em nosso País é de uma flagrante escassez de empregos e oportunidades de trabalho, que levam o cidadão aos limites de sua resistência física e moral. Na luta contra esta realidade, o Poder Executivo de nossa cidade, com o apoio de seus edis, vem investindo pesadamente no chamamento de empresas para que venham investir em nosso território. Atendendo a este chamado, a empresa Havan, cumprindo todos os protocolos prefaciais, se decidiu a investir em nosso município, criando, a curtíssimo prazo, mais de 100 empregos diretos, e dezenas de outros de modo indireto, se instalando na área localizada na antiga fábrica de móveis OCA. Contudo, estranhamente, a Promotoria citada, surpreendeu a todos com uma ação que embargou as obras de construção da sede da empresa, sob a alegação de solicitação de tombamento das instalações que existiam no terreno escolhido. Disposto o local embargado em situação de penúria por décadas, estando já alugado desde o ano de 2018, sem qualquer manifestação contrária do Ministério Público de Jacareí, sendo este um imóvel particular, sem registro de qualquer tipo de tombamento, e sem processo, sequer, neste sentido, na primeira ação para o aproveitamento da área, nos brinda o representante do Parquet com a paralização de sonhos e esperanças de nossa gente. É cediço que o Ministério Público, representando o Estado, é uma instituição essencial ao funcionamento do sistema de justiça, e deve atender satisfatoriamente, através de seus atos, aos mais elementares interesses da sociedade e dos cidadãos, estes sim, unicamente, detentores do papel de verdadeiros atores e protagonistas das políticas sociais. Diferentemente do que está ocorrendo na cidade de Jacareí, o Ministério Público não foi concebido para exercer uma função judicial, mas para ser uma via de cooperação entre os poderes constituídos. Contudo, em nossa cidade, o Ministério Público deixou



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

## Moção nº 146/2019 - Vereadora Lucimar Ponciano- fls. 2/3

de entender o processo democrático de estabilização institucional por que passa a organização dos segmentos sociais de nossa sociedade, para se tornar parte no processo, buscando substituir, irregularmente, aquele que vive, sobrevive e cria seus filhos, sua vida, em Jacareí. A cidade necessita de empregos; precisa dar de comer a seus cidadãos; e mais do que isso, precisar dar orgulho de provedor a seus pais de família. A ação insensível da titular a Dra. Elaine Taborda de Ávila- Ministério Público, rasgando o sonho de centenas de jacareenses é insana e abusiva. Agindo como parte no processo de desenvolvimento da cidade de Jacareí, o Ministério Público fica sujeito aos mesmos princípios que norteiam todas as intervenções públicas, tais como a legalidade, a impessoalidade, a razoabilidade, a independência e, principalmente, a imparcialidade, entre outras. Assim pensando, o Ministério Público, enquanto instituição do Estado, deve agir de modo a efetivar os direitos dos cidadãos, que hoje, mais do nunca, necessita e exige os mais basilares de seus direitos, que passam, obrigatoriamente, pelo trabalho, pela saúde, pela consciência de importância do “eu existo”. Nesta ação da promotora titular a Dra. Elaine Taborda de Ávila, propondo o tombamento de área que seria usada para promover a satisfação de trabalho digno a centenas de jacareenses, nada há de impessoalidade, imparcialidade ou razoabilidade. O rastro de impedimentos que esta Promotoria deixa em sua atuação pela cidade de Jacareí, demonstra que a nossa cidade não é vista “como a cidade de residência de seus membros”, uma vez que, indistintamente, em parceria com outros setores de igual condução obtusa, já cerraram a possibilidade de saneamento e melhorias em diversos bairros de Jacareí, inutilizando projetos de desenvolvimento e crescimento urbano minuciosamente estudados e acalentados pelo Poder Executivo local, e longamente esperados, sob a alegação de preservação do meio ambiente em uma cidade com mais de um milhão de quilômetros quadrados de áreas verdes; em uma cidade que é cortada pelo Rio Paraíba do Sul, que possui em seu entorno extensa preservação. Muito embora busque acenar o Ministério Público na cidade de Jacareí, em suas ações, que se move na defesa de seu povo, a contra senso, deixa de zelar pelos serviços de relevância pública que compõem o alicerce da cidadania, impedindo a concretização do trabalho, da moradia saneada, da satisfação de viver em bairros ordenados, limpos e bem cuidados. A ação da 7ª Promotoria de Justiça em Jacareí engessa a cidade e paralisa seu progresso. A titular a Dra. Elaine Taborda de Ávila procuradoria da cidade de Jacareí age como se fosse a senhora da Justiça, mas esta é uma figura que não mais possui espaço em nosso País, uma vez que a compreensão de justiça é inata ao cidadão; facilmente, hoje, se percebe a arbitrariedade, a imparcialidade, e até a ilegalidade. Uma repugnante ideologia política se realça nas ações desta Promotoria em nossa cidade, fazendo com que o cidadão passe a duvidar da instituição, e lhe dá a certeza do rompimento deste órgão setorizado com os seus deveres éticos com a sociedade jacareense. É necessário dar um basta a estas ações impensadas, arbitrárias e eivadas de irregularidades movidas pela titular Dra. Elaine Taborda de Ávila - Ministério Público em Jacareí. Com isso, por meio desta Moção Pública de extremo Repúdio, os vereadores da cidade fazem um apelo aos governos federal e estadual para que se manifestem



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

## Moção nº 146/2019 - Vereadora Lucimar Ponciano- fls. 3/3

quanto ao problema aqui relatado, para que as autoridades públicas realmente comprometidas com um Estado republicano, e com a defesa de uma sociedade pautada pelo trabalho e a consciência cívica, não se omitam a esse respeito, na medida em que isso pode vir a ser replicado em outros municípios, se não forem tomadas as providências adequadas para coibir esses desvios funcionais que agridem, ao fim e ao cabo, a própria democracia. Que este documento seja encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, através das bancadas dos parlamentares municipais signatários, bem como a Procuradora Geral do Ministério Público do estado de São Paulo, Dra. Maria Lia Pino Porto Corona, ao Secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na cidade de São Paulo Dr. Caio Augusto Silva dos Santos, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seção de Jacareí, para que todos juntos possamos lutar pelo progresso em Jacareí, surtindo, assim, esta moção de repúdio, os seus devidos efeitos.

Feito este registro, respeitosamente **REQUEREMOS** à Presidência desta Casa que sejam adotadas as providências habituais para a divulgação da presente manifestação.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2019.

**LUCIMAR PONCIANO**  
Vereadora - PSDB

_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____